

# Sumário

## PARTE GERAL – FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

- 1 INTRODUÇÃO AO DIREITO TRIBUTÁRIO
  - 1.1 Introdução
    - 1.1.1 Sistema jurídico-tributário
  - 1.2 Finalidade do Estado
  - 1.3 Atividade financeira do Estado
  - 1.4 Tributo e tributarista
  - 1.5 Noções de direito: relação jurídica e não jurídica
  - 1.6 Direito objetivo e direito subjetivo
  - 1.7 Direito tributário no quadro geral do direito e suas relações
  - 1.8 Direito tributário: delimitação do campo de Atuação e o CTN
    - 1.8.1 Código Tributário Nacional
  - 1.9 Direito tributário: fundamento constitucional
  - 1.10 Federação e administração pública federal
  - 1.11 Questionário
- 2 FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO
  - 2.1 Considerações preliminares
    - 2.1.1 Atos normativos: aspectos gerais
    - 2.1.2 Atos normativos objeto de regulamentação
  - 2.2 Produção originária de normas
  - 2.3 Produção derivada ou decorrente
  - 2.4 Fontes do direito tributário
  - 2.5 Fontes formais primárias
    - 2.5.1 Constituição Federal: supremacia
    - 2.5.2 Emendas à Constituição
    - 2.5.3 Lei complementar e lei ordinária: a questão da hierarquia
    - 2.5.4 Leis ordinárias
    - 2.5.5 Leis delegadas
    - 2.5.6 Medidas provisórias
      - 2.5.6.1 Medida provisória com força de lei
      - 2.5.6.2 Relevância e urgência
      - 2.5.6.3 Exame prévio
      - 2.5.6.4 O art. 246 da CF
      - 2.5.6.5 Medidas Provisórias editadas anteriormente à EC nº 32
    - 2.5.7 Decretos legislativos
      - 2.5.7.1 O art. 98 do CTN e os tratados internacionais
    - 2.5.8 Resoluções
  - 2.6 Fontes formais secundárias
    - 2.6.1 Decretos e regulamentos
    - 2.6.2 Instruções ministeriais

- 2.6.3 Circulares, ordens de serviço e outros da mesma natureza
- 2.6.4 Normas complementares – art. 100 do CTN
- 2.7 Legalidade e ilegalidade
- 2.8 Inconstitucionalidade formal e material
- 2.9 Questionário

### 3 TRIBUTO E SUA CLASSIFICAÇÃO

- 3.1 Tributo – definição
- 3.2 Efeitos decorrentes da EC nº 8/77
- 3.3 Tributo vinculado e não vinculado
- 3.4 Tributo – classificação dada pelo STF
- 3.5 Tributo – nossa classificação
- 3.6 CTN, art. 4º – destinação da receita
- 3.7 Impostos – classificação
  - 3.7.1 Imposto pessoal
  - 3.7.2 Imposto real
  - 3.7.3 Imposto direto
  - 3.7.4 Imposto indireto
  - 3.7.5 Imposto proporcional
  - 3.7.6 Imposto progressivo e regressivo
  - 3.7.7 Imposto fixo
  - 3.7.8 Imposto monofásico
  - 3.7.9 Imposto plurifásico
  - 3.7.10 Imposto cumulativo ou em cascata
  - 3.7.11 Imposto não cumulativo
  - 3.7.12 Imposto nominado (expresso na CF)
  - 3.7.13 Imposto inominado (residual)
  - 3.7.14 Imposto regulatório (extrafiscal)
  - 3.7.15 Imposto seletivo
  - 3.7.16 Imposto adicional
- 3.8 Taxas
  - 3.8.1 Exercício do poder de polícia
  - 3.8.2 Utilização efetiva de serviços públicos
  - 3.8.3 Utilização potencial de serviços públicos
  - 3.8.4 Taxa e preço público: distinção
  - 3.8.5 Pedágio: natureza jurídica
- 3.9 Contribuição de melhoria
- 3.10 Contribuições sociais gerais
  - 3.10.1 Contribuições sociais destinadas à Seguridade Social – Regime tributário
    - 3.10.1.1 Capacidade para arrecadar da SRF e do INSS
  - 3.10.2 Contribuição de intervenção no domínio econômico
  - 3.10.3 Contribuições corporativas
  - 3.10.4 Serviço social sindical
  - 3.10.5 Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública
- 3.11 Parafiscalidade
- 3.12 Empréstimos compulsórios
- 3.13 Jurisprudência
- 3.14 Questionário

### 4 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

- 4.1 Poder, competência e capacidade
  - 4.2 Princípio da legalidade tributária
    - 4.2.1 Tipo tributário fechado
    - 4.2.2 Emenda Constitucional pode instituir tributo
    - 4.2.3 O Decreto e a delegação legislativa
      - 4.2.3.1 Delegação e obrigação acessória
  - 4.3 Princípio da igualdade tributária
    - 4.3.1 A doutrina
    - 4.3.2 A jurisprudência do STF
  - 4.4 Princípio da capacidade econômica
  - 4.5 Princípio da capacidade contributiva
    - 4.5.1 Princípio da capacidade contributiva na Itália
  - 4.6 Princípio da solidariedade social
  - 4.7 Princípio da irretroatividade da lei
  - 4.8 Princípio da anterioridade anual e nonagesimal da lei
    - 4.8.1 Anterioridade e Medida Provisória
    - 4.8.2 O artigo 246 da CF
  - 4.9 Princípio (técnica) da não cumulatividade
  - 4.10 Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade
  - 4.11 Confisco
    - 4.11.1 Jurisprudência
  - 4.12 Princípio da anualidade
  - 4.13 Questionário
- 5 INCIDÊNCIA, NÃO INCIDÊNCIA, IMUNIDADE, ISENÇÃO E ALÍQUOTA ZERO
- 5.1 Introdução
  - 5.2 Incidência, não incidência, imunidade e isenção – conceitos
  - 5.3 Imunidade, incidência e não incidência – exemplos
  - 5.4 Isenção e não incidência – exemplos
  - 5.5 Isenção e alíquota zero – distinção
    - 5.5.1 Isenção e redução de alíquota – distinção
  - 5.6 Imunidade e isenção – espécies
  - 5.7 Imunidade – art. 150, VI, “c” e “d”
    - 5.7.1 Imunidade de jurisdição – Estado estrangeiro
    - 5.7.2 Ministro de confissão religiosa
  - 5.8 Questionário
- 6 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA: HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO GERADOR
- 6.1 Obrigação tributária
    - 6.1.1 Considerações preliminares
    - 6.1.2 Definição
  - 6.2 Hipótese de incidência
    - 6.2.1 Conceito
    - 6.2.2 Aspectos
    - 6.2.3 Base de cálculo
  - 6.3 Fato gerador
    - 6.3.1 Conceito
    - 6.3.2 Fato gerador no CTN
  - 6.4 Ocorrência do fato gerador. vendas inadimplidas e vendas canceladas – distinção. regime de competência e regime de caixa

- 6.5 Questionário
- 7 VIGÊNCIA, EFICÁCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
  - 7.1 Introdução
  - 7.2 Vigência, eficácia e aplicação da legislação tributária
  - 7.3 Interpretação e integração da legislação tributária
    - 7.3.1 Generalidades
    - 7.3.2 Métodos de interpretação
    - 7.3.3 Antinomias: critérios para solução
    - 7.3.4 Regras de interpretação no CTN
  - 7.4 Questionário
- 8 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
  - 8.1 Noções introdutórias
  - 8.2 Responsabilidade tributária em sentido estrito
    - 8.2.1 Responsabilidade tributária por substituição
    - 8.2.2 Responsabilidade tributária por sucessão
    - 8.2.3 Responsabilidade tributária solidária
  - 8.3 Responsabilidade por infrações
    - 8.3.1 Retroatividade benigna em penalidades
    - 8.3.2 Denúncia espontânea e confissão de débito – CTN, art. 138
  - 8.4 Multa, juros e correção monetária: conceito
    - 8.4.1 Multa fiscal e multa administrativa: distinção
  - 8.5 Responsabilidade tributária no fato gerador futuro
  - 8.6 Questionário
- 9 CRÉDITO TRIBUTÁRIO
  - 9.1 Introdução
  - 9.2 Constituição do crédito tributário
    - 9.2.1 Lançamento: conceito
    - 9.2.2 Lançamento: espécies
  - 9.3 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário
  - 9.4 Extinção do crédito tributário
    - 9.4.1 Pagamento e dação em pagamento
    - 9.4.2 Compensação
    - 9.4.3 Transação
    - 9.4.4 Remissão
    - 9.4.5 Conversão do depósito em renda
    - 9.4.6 Pagamento antecipado e homologação de lançamento
    - 9.4.7 Consignação em pagamento
    - 9.4.8 Decisão administrativa definitiva
    - 9.4.9 Decisão judicial transitada em julgado
    - 9.4.10 Decadência e prescrição
      - 9.4.10.1 Prescrição intercorrente
  - 9.5 Exclusão do crédito tributário
  - 9.6 Pagamento indevido: restituição
    - 9.6.1 Convolação da restituição em compensação
  - 9.7 Garantias e privilégios do crédito tributário
  - 9.8 Quadro de visualização geral do crédito tributário no CTN/66
  - 9.9 Administração tributária

- 9.9.1 Fiscalização
- 9.9.2 Dívida ativa
- 9.9.3 Certidões negativas
- 9.10 Prazos: contagem
- 9.11 Questionário

## **PARTE ESPECIAL – OS IMPOSTOS NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

- 10 (II) IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS ESTRANGEIROS
  - 10.1 Competência tributária e princípio da anterioridade
  - 10.2 Fato gerador, base de cálculo e contribuintes no CTN
  - 10.3 Fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuinte e taxa de câmbio na lei ordinária
  - 10.4 Território aduaneiro
  - 10.5 Zona Franca de Manaus
    - 10.5.1 Incentivos fiscais – Decreto-lei nº 288/67
    - 10.5.2 O STF e a ADI nº 2.348
  - 10.6 Sistema harmonizado, classificação de mercadorias e valoração aduaneira
  - 10.7 Planilha de custos de importação – exemplo
  - 10.8 Mercosul
    - 10.8.1 Criação, tributação e generalidades
    - 10.8.2 Certificado de Origem
    - 10.8.3 Código Aduaneiro
    - 10.8.4 Ex-tarifário
  - 10.9 Questionário
- 11 (IE) IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO, PARA O EXTERIOR, DE PRODUTOS NACIONAIS OU NACIONALIZADOS
  - 11.1 Disposição Constitucional
  - 11.2 Aspectos do fato gerador
  - 11.3 Princípio da anterioridade
  - 11.4 Normas administrativas que regulam as exportações
    - 11.4.1 Exportações diretas e indiretas
    - 11.4.2 Informações úteis às exportações
  - 11.5 Questionário
- 12 (IR) IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA
  - 12.1 Introdução
  - 12.2 O Imposto de Renda na Constituição do Brasil de 1988
  - 12.3 Princípios e técnicas na CF/1988
    - 12.3.1 Generalidade, universalidade e progressividade
    - 12.3.2 Princípio da legalidade
    - 12.3.3 Princípio da igualdade
    - 12.3.4 Princípio da irretroatividade
    - 12.3.5 Princípio da anterioridade
    - 12.3.6 Princípio da capacidade econômica ou contributiva
  - 12.4 Imposto de Renda no Código Tributário Nacional
  - 12.5 IR sobre atividades ilícitas
  - 12.6 IRPF: Declaração com bens atualizados a valor de mercado – Lei nº 8.383/91 – RE 209.843
  - 12.7 O que o STF decidiu no RE 172.058

- 12.8 Indenização, dano moral e desapropriação
  - 12.9 Integração da tributação da pessoa jurídica e da pessoa física
  - 12.10 IRPJ: Regime de caixa e regime de competência
  - 12.11 IRPJ: depósito judicial – momento em que é dedutível
  - 12.12 Correção monetária: alguns aspectos
  - 12.13 IRPJ: perguntas e respostas 2011 da secretaria da receita federal – algumas notas
  - 12.14 Jurisprudência
  - 12.15 Conclusão
  - 12.16 Questionário
- 13 (IPI) IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
- 13.1 Histórico do IPI
  - 13.2 Estrutura do IPI na Constituição de 1988
  - 13.3 Produtos industrializados – conceito
  - 13.4 Base de cálculo e alíquota
  - 13.5 Produto NT
  - 13.6 Seletividade e essencialidade do produto
  - 13.7 Não cumulatividade do IPI
  - 13.8 Fato gerador, base de cálculo e contribuintes
  - 13.9 Aspectos do regulamento do IPI
    - 13.9.1 MP, PI, ME – conceito
      - 13.9.1.1 Material de embalagem
    - 13.9.2 Insumos – conceito
    - 13.9.3 Crédito – insumos consumidos na industrialização
    - 13.9.4 Crédito – energia elétrica
    - 13.9.5 Crédito – produtos imunes ou com não incidência
    - 13.9.6 GATT
  - 13.10 A tabela do IPI
  - 13.11 Natureza fiscal e extrafiscal
  - 13.12 Ex-tarifário
  - 13.13 A delegação no art. 153, § 1º, da CF/88
  - 13.14 IAA – recepção e delegação
  - 13.15 Questionário
- 14 (IOF) IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS
- 14.1 Disposição Constitucional
  - 14.2 Aspectos do fato gerador
  - 14.3 Anterioridade
  - 14.4 Lei ordinária
    - 14.4.1 IOF sobre factoring
    - 14.4.2 Forma nominativa dos títulos
    - 14.4.3 Jurisprudência
  - 14.5 Questionário
- 15 (ITR) IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL
- 15.1 Disposição Constitucional
  - 15.2 Aspectos do fato gerador
  - 15.3 Aspectos da legislação infraconstitucional
    - 15.3.1 Imóvel rural e urbano: distinção

- 15.3.2 Valor fundiário
  - 15.3.3 Módulos
  - 15.3.4 Lei nº 9.393/96: alguns aspectos
  - 15.4 Delegação aos municípios
  - 15.5 Questionário
- 16 (ITBI) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS
- 16.1 Disposição Constitucional
  - 16.2 Aspectos do fato gerador
  - 16.3 Disposição do CTN
  - 16.4 O artigo 116, II, do CTN
  - 16.5 Constituição do Estado de São Paulo de 1989
  - 16.6 Jurisprudência
  - 16.7 Questionário
- 17 (ICMS) IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO
- 17.1 Introdução
  - 17.2 Regra-matriz constitucional
    - 17.2.1 Operações relativas à circulação de mercadorias
    - 17.2.2 Serviços de transporte interestadual e intermunicipal
    - 17.2.3 Serviços de comunicação
    - 17.2.4 Importação – sujeito ativo
  - 17.3 Aspectos que caracterizam o fato gerador do ICMS
  - 17.4 Incidência do ICMS na LC nº 87/96
  - 17.5 Não cumulatividade e seletividade
    - 17.5.1 Substituição tributária
    - 17.5.2 Créditos do ICMS
  - 17.6 Isenção ou não incidência: vedação de crédito
  - 17.7 Base de cálculo
    - 17.7.1 IPI na base de cálculo do ICMS
    - 17.7.2 ICMS “por dentro”
    - 17.7.3 Descontos incondicionais, juros e frete
  - 17.8 Simples Nacional
  - 17.9 Alíquotas
  - 17.10 Não incidência
  - 17.11 Autonomia dos estabelecimentos
  - 17.12 Valor agregado e a teoria constitucional abrangente – a redução da base de cálculo
  - 17.13 Guerra fiscal
  - 17.14 ICMS e as construtoras
  - 17.15 Questionário
- 18 (IPTU) IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA
- 18.1 Disposição Constitucional
  - 18.2 Aspectos do fato gerador
  - 18.3 Base de cálculo
    - 18.3.1 Planta de valores genéricos e planta de valores concretos
  - 18.4 Zona urbana

- 18.5 Jurisprudência
  - 18.6 Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001
  - 18.7 Processo Administrativo Fiscal – Município de São Paulo
  - 18.8 Questionário
- 19 (ITIV) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO CESSÃO DE DIREITOS A SUA AQUISIÇÃO
- 19.1 A regra-matriz na CF/1988
    - 19.1.1 Transmissão inter vivos, a qualquer título
    - 19.1.2 Por ato oneroso
    - 19.1.3 De bens imóveis, por natureza ou acessão física
    - 19.1.4 E de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia
    - 19.1.5 Bem como cessão de direito a sua aquisição
  - 19.2 O Código Tributário Nacional
  - 19.3 Os aspectos da hipótese de incidência e do fato gerador
    - 19.3.1 Sujeitos ativo e passivo
    - 19.3.2 Aspecto espacial
    - 19.3.3 Aspecto temporal
    - 19.3.4 Aspecto material
    - 19.3.5 Aspecto quantitativo: base de cálculo e alíquota
  - 19.4 Progressividade
  - 19.5 Imunidade
  - 19.6 Jurisprudência
  - 19.7 Súmulas do STF
  - 19.8 Questionário
- 20 (ISS) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
- 20.1 Disposição Constitucional
  - 20.2 Conceitos de produtos industrializados, mercadorias e serviços
    - 20.2.1 Produto industrializado
    - 20.2.2 Mercadoria
    - 20.2.3 Serviço
      - 20.2.3.1 Serviço para terceiros e não para si próprio
    - 20.2.4 *Hardware e software*
    - 20.2.5 O STF, o conceito constitucional do ISS e o art. 88 dos ADCT
  - 20.3 Serviços de composição gráfica – competência do ISS ou do ICMS
  - 20.4 Aspectos do fato gerador
  - 20.5 Taxatividade da lista de serviços
  - 20.6 Lista de serviços – Lei complementar
  - 20.7 Questionário
- 21 (IPVA) IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
- 21.1 Disposição Constitucional
  - 21.2 Regras a observar
  - 21.3 Jurisprudência
  - 21.4 Questionário